
Sumário

PREFÁCIO	7
 1. A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	23
1.1. Matriz constitucional	23
1.2. Conceito	25
1.3. Ações de improbidade administrativa e penal: autônomas.....	29
1.4. Dever do juiz representar ao Ministério Público.....	36
1.5. Condutas e procedimentos	38
1.5.1. Ato preparatório.....	39
1.5.2. Consumação.....	40
1.5.3. Forma tentada	40
1.5.4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	44
1.5.5. Dolo genérico.....	45
1.5.6. Dolo específico	45
1.5.7. Dano	47
1.5.8. Princípio da insignificância	49
1.6. A responsabilização por morosidade judicial	52
1.6.1. A tutela da probidade administrativa e a morosidade judicial.....	52
1.6.2. A responsabilidade objetiva do Estado pela morosidade judicial.....	54
1.7. A tutela da probidade administrativa por dano ambiental.....	62
1.7.1. Direito fundamental à água	76
1.7.2. A água no direito internacional.....	77
1.7.3. A água no direito brasileiro	79
1.7.4. A tutela da probidade administrativa por lesão ao direito à água	82
1.7.5. Dano moral coletivo por lesão à probidade	87

1.7.6.	Dano moral coletivo por lesão ao meio ambiente	94
1.7.6.1.	Biomass como Patrimônio Nacional e o Dano Moral Ambiental	103
1.8.	Os regramentos estabelecidos aos Tribunais de Contas pela LINDB	106
1.8.1.	Termo de ajustamento de normas	109
1.8.2.	Da interpretação de normas sobre gestão pública	110
1.8.3.	Individualização de sanções pelos Tribunais de Contas.....	110
1.8.4.	Período de transição para mudança de jurisprudência.....	111
1.8.5.	Prevalência da jurisprudência na época do fato	112
2.	PARTE ESPECIAL.....	113
2.1.	A teoria do domínio do fato na improbidade administrativa.....	113
2.2.	A apuração do dano efetivo.....	117
2.3.	A inconstitucionalidade da derrogação da LIA (art. 11, I e II)	119
2.3.1.	Os efeitos repristinatórios.....	123
2.3.2.	A declaração de inconstitucionalidade por via de defesa ou exceção ...	125
2.4.	A teoria do isolamento dos atos processuais.....	128
2.5.	Abuso de poder ou desvio de conduta configura improbidade administrativa....	130
2.5.1.	Breve percurso histórico do abuso de poder no Brasil	132
2.5.2.	A lei de abuso de autoridade	134
2.5.3.	Abuso de poder administrativo.....	135
2.5.4.	Considerações finais	137
2.6.	Retroatividade de atos dolosos por atipicidade superveniente	138
2.7.	Da continuidade típica por superveniência normativa	144
2.8.	A improbidade administrativa exige dolo específico	149
2.8.1.	O dolo específico é a vontade consciente ilícita de favorecer o destinatário preferido	152
2.8.2.	A ética vincula o agente público à lei e a defesa do patrimônio público.....	153
2.9.	A improbidade administrativa eleitoral.....	156
2.10.	A dupla responsabilização por crime eleitoral e ato de improbidade administrativa.....	163
2.10.1.	A independência relativa das instâncias no sistema sancionatório brasileiro	163

2.10.2. A delimitação da competência da Justiça Eleitoral	164
2.10.3. A distinção dos bens jurídicos tutelados	164
2.11. A natureza sancionadora da Lei de Improbidade Administrativa.....	168
2.12. Retroatividade da lei penal ou sancionadora alcança a coisa julgada	169
2.13. As contradições do STF sobre a (ir)retroatividade da lei de improbidade administrativa.....	171
2.14. Irrretroatividade da norma processual	174
2.15. A necessidade de emenda da petição inicial.....	175
2.16. Ação declaratória de nulidade cumulada com revisão de sanção	177
2.16.1. Natureza da ação declaratória	179
2.16.2. Do procedimento ordinário da ação declaratória	182
2.17. Da ação rescisória.....	183
2.18. Análise sobre o voto do Ministro Alexandre de Moraes, relator da ADI nº 7.236...	184
2.19. A aplicação conjunta da lei anticorrupção e da LIA	187
2.20. A exigência de dano efetivo impede dano moral coletivo	190
2.21. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> no processo.....	193
2.22. Excesso de prazo para conclusão de inquérito civil	196
2.23. Inelegibilidade por enriquecimento ilícito e da lesão ao erário	199
2.24. A impropriedade de segredo de justiça em ação de improbidade administrativa.....	201
2.25. Excesso de prazo no PAD configura dano moral e nulidade do processo	202
2.26. A violação da duração razoável do processo é mensurável	205
3. LEI Nº 8.429/1992 ATUALIZADA PELA LEI Nº 14.230/2021	209
3.1. Da responsabilidade e tipificação dolosa.....	209
3.1.1. Ação dolosa	211
3.1.2. Mero exercício da função sem ação dolosa	214
3.1.3. Princípios constitucionais do direito sancionador	215
3.1.4. Bens jurídicos tutelado pelo regime de improbidade administrativa.....	216
3.1.5. Sanções ao patrimônio de entidades privada.....	217
3.1.6. Hermenêutica jurisprudencial	218

3.2.	Sujeitos ativos.....	219
3.2.1.	Agentes públicos	222
3.2.2.	Agentes políticos	223
3.2.3.	Servidor público.....	223
3.2.4.	Função honorífica.....	224
3.2.5.	Agentes delegados	224
3.3.	Terceiros ou Particulares.....	226
3.4.	Pessoa Jurídica	229
3.5.	Art. 5º (REVOGADO).....	233
3.6.	Art. 6º (REVOGADO).....	233
3.7.	Dever de representar	233
3.8.	Responsabilidade Civil da Herança	233
3.8.1.	A Regra do <i>Intra Vires Hereditatis</i>	234
3.8.2.	Inovações e o Ressarcimento	234
3.9.	Atos que importam em enriquecimento ilícito.....	238
3.9.1.	Enriquecimento ilícito em razão do exercício do cargo público	242
3.9.1.1.	Recebimento de diárias indevidas e despesas em viagens.....	247
3.9.1.2.	Uso indevido de veículos oficiais	252
3.9.1.3.	Servidor fantasma, ganha sem trabalhar	254
3.9.2.	Receber vantagem econômica	257
3.9.3.	Perceber vantagem para a prática de transação com sobrepreço	261
3.9.4.	Perceber vantagem para a prática de negócio com subpreço	261
3.9.5.	Utilizar em obra ou serviço particular bens e servidores públicos.....	262
3.9.6.	Receber vantagem para tolerar atividades ilícitas.....	267
3.9.7.	Receber vantagem para prestar declaração técnica falsa de obras ou serviços.....	269
3.9.8.	Enriquecimento ilícito.....	272
3.9.9.	Aceitar função pública para beneficiar terceiros.....	276
3.9.10.	Exercício de advocacia administrativa	277
3.9.11.	Receber vantagem para prevaricar	279
3.9.12.	Apropriação de bens ou valores públicos	280
3.9.13.	Usar de bens e valores públicos em proveito pessoal.....	283

3.10. Atos que causam prejuízo ao erário	285
3.10.1. Facilitar a incorporação de bens públicos ao patrimônio particular	291
3.10.2. Permitir o uso indevido de bens públicos	293
3.10.3. Doação ilegal de bens públicos	294
3.10.4. Facilitar transação de bens públicos com preços subfaturados	299
3.10.5. Facilitar aquisição de bens públicos com preços com sobrepreço	300
3.10.6. Realizar operação financeira sem formalidades legais ou garantia suficiente	301
3.10.6.1. Operação de crédito com recursos dos Institutos de Previdência (Pedalada fiscal)	306
3.10.7. Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal	311
3.10.8. Frustrar processo licitatório de parcerias com entidades sem fins lucrativos	313
3.10.8.1. Dispensa indevida de licitação, direcionamento e o dolo específico	321
3.10.8.2. Demonstração de perda patrimonial	326
3.10.8.3. Do dolo específico e do dano ao erário	332
3.10.8.4. A contratação direta de advogado e o Tema 309-STF	336
3.10.8.5. Notória especialização e singularidade do serviço jurídicos	338
3.10.8.6. O princípio da padronização	348
3.10.8.7. A vigência dos contratos	350
3.10.8.8. A alteração dos contratos	351
3.10.8.9. Da subcontratação	351
3.10.8.10. Da cessão do contrato licitado	353
3.10.8.11. Da suspensão dos contratos	355
3.10.8.12. Processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos	356
3.10.9. Ordenar despesa pública ilegal	357
3.10.9.1. Despesa com multa cominatória gera ato ímprobo	361
3.10.9.2. Despesa ilegal com pessoal violando a Lei de Responsabilidade Fiscal	365
3.10.9.3. Despesas com restos a pagar	370
3.10.10. Conduta ilícita na arrecadação de tributos e conservação do patrimônio público	374
3.10.11. Liberação irregular de verba pública	378
3.10.12. Permitir ou facilitar para o enriquecimento ilícito de terceiro	381

3.10.13. Permitir o uso de bens públicos em favor de particular.....	385
3.10.14. Celebrar contrato com violação das formalidades legais	388
3.10.15. Celebrar contrato com insuficiência de dotação orçamentária.....	389
3.10.16. Facilitar a incorporação de bens públicos para entidades privadas nas parcerias público-privadas	391
3.10.17. Permitir utilização indevida de bens públicos por entidade privada na parceria público-privada	392
3.10.18. Celebrar parceria público-privada irregular com entidades privadas..	393
3.10.19. Conduta ilícita na fiscalização e prestações de contas	396
3.10.20. Liberar recursos de parceria público-privada de forma irregular	397
3.10.21. (inciso XXI – Revogado)	397
3.10.22. Conceder, aplicar ou manter benefício contrário à norma do ISSQN...	397
3.10.23. Irregularidade sem perda patrimonial efetiva	399
3.10.24. Prejuízo econômico empresarial não configura improbidade administrativo	400
3.11. Violação aos princípios da administração pública.....	401
3.11.1. A supremacia do princípio da moralidade administrativa no <i>caput</i> do art. 11	405
3.11.2. A centralidade do princípio da moralidade na aplicação do <i>caput</i> do art. 11	409
3.11.3. Do dever da honestidade	411
3.11.4. Do dever de imparcialidade.....	413
3.11.5. Do dever de legalidade	414
3.11.6. Aplicabilidade do <i>caput</i> do art.11 para violação dos deveres institucionais	417
3.11.6.1. Abuso de poder	419
3.11.6.2. Descumprimento de ordem judicial	423
3.11.6.3. Assédio sexual e moral.....	426
3.11.6.4. Prevaricação administrativa	429
3.11.6.5. A responsabilização do parecerista.....	431
3.11.6.6. Desídia na presteza jurisdicional.....	435
3.11.6.6.1. Cumprimento dos prazos processuais	437
3.11.6.6.2. A duração razoável do processo e o princípio da eficiência.....	438
3.11.6.6.3. Violação ao princípio da duração razoável do processo.....	439

3.11.6.7. Excesso de exação do PROCON	445
3.11.6.7.1. Violação às garantias fundamentais	446
3.11.6.7.2. Decisões desfundamentadas	447
3.11.6.7.3. Valores desproporcionais por falta de gradação da pena	450
3.11.6.7.4. Excludente da solidariedade passiva	451
3.11.6.8. Violação de prerrogativas da advocacia	455
3.11.6.9. Descumprimento do dever de recorrer do Defensor Público...	457
3.11.6.10. Omissão do procurador público na ação regressiva	461
3.11.6.11. Omissão do gestor no desconto de descontar dias parados de servidor grevista	466
3.11.7. A distinção entre <i>abolitio typici</i> e continuidade típico-normativa	470
3.11.8. (Inciso I - Revogado pela Lei 14.230/2021)	472
3.11.9. (Inciso II - Revogado pela Lei 14.230/2021)	472
3.11.10. Violação de sigilo funcional com informação privilegiada	472
3.11.11. Violar o princípio da publicidade dos atos oficiais	474
3.11.12. Frustrar a licitude de concurso público	475
3.11.12.1. Contrato temporário configura preterição arbitrária e imotivada de concursado	478
3.11.12.2. Contratação de servidores sem concurso público	488
3.11.13. Deixar de prestar contas	493
3.11.14. Tribunal de Contas	499
3.11.14.1. Insolvência civil para a inadimplência dos títulos do Tribunal de Contas	505
3.11.15. Divulgação de informações econômicas privilegiadas	509
3.11.16. Violar regras legais e contratuais de parceria público-privada	511
3.11.17. (inciso IX – Revogado pela Lei nº 14.230/2021)	511
3.11.18. (inciso X – Revogado pela Lei nº 14.230/2021)	511
3.11.19. Nepotismo	511
3.11.20. Publicidade promocional de autoridades	520
3.11.20.1. A proibição do uso de redes sociais de gestores públicos para divulgar ações públicas	530
3.11.20.2. Tipicidade da improbidade: Obtenção de vantagem indevida para si ou terceiros	534
3.11.21. A comprovação de vantagem para aplicação da LIA e leis especiais ...	536
3.11.22. Ilegalidade da função com as normas violadas	537

3.11.23. O sancionamento pressupõe lesividade	537
3.11.24. Privilégio de nepotismo para detentores de mandatos eletivos	538
3.11.25. Prefeito deixar de editar normas de prevenção e combate a incêndio	540
3.11.26. A improbidade administrativa no Estatuto da Cidade	542
3.12. Das sanções	543
3.12.1. Dano efetivo pressuposto para ressarcimento	548
3.12.2. Perda da função pública	549
3.12.2.1. Conversão da perda da função pública em cassação de aposentadoria	554
3.12.3. Multa civil	556
3.12.4. Responsabilização da pessoa jurídica	559
3.12.5. Proibição de contratar ou receber incentivos do Poder Público	561
3.12.6. Ressarcimento integral do dano	563
3.12.7. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente	567
3.12.8. Suspensão dos direitos políticos	569
3.12.9. A exceção da sanção de proibição de contratar com Poder Público	571
3.12.10. Atos de menor ofensa aos bens jurídicos	573
3.12.11. A sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do CEIS	574
3.12.12. O trânsito em julgado é pressuposto para cumprimento da sentença	575
3.12.13. Competência do juízo para execução dos direitos políticos	576
3.12.13.1. Parlamentares federais	578
3.12.13.2. Parlamentares estaduais	579
3.12.13.3. Vereadores	579
3.12.13.4. Prefeitos	580
3.12.14. Contagem do prazo para suspensão de direitos políticos	585
3.13. Declaração de bens	586
3.14. Procedimento Administrativo e do Processo Judicial	588
3.15. Comissão Processante	591
3.16. Da Indisponibilidade de Bens	592
3.16.1. Bloqueio de bens para recomposição ou repatriamento	594
3.16.2. Demonstração da plausibilidade de dano ou risco de utilidade do processo	595

3.16.3. Valor de bloqueio com múltiplos réus	597
3.16.4. Bloqueio de bens de pessoa jurídica privada com incidente de desconsideração da personalidade jurídica	598
3.16.5. Cabimento de Agravo de Instrumento contra decisão positiva ou negativa do bloqueio de bens	601
3.16.6. O bloqueio de bens restringe-se ao valor do ressarcimento do dano	602
3.16.7. Gradação da ordem legal de preferência para bloqueio de bens.....	602
3.16.8. Exclusão do valor de 40 salários mínimos para fins de bloqueio	605
3.16.9. Indisponibilidade dos bens de família	610
3.16.10. Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	613
3.17. Ação de Improbidade Administrativa.....	619
3.17.1. Autores da ação	621
3.17.1.1. Ministério Público na condição de <i>custos legis</i>	623
3.17.2. Competência jurisdicional.....	625
3.17.3. Prevenção, continência e conexão	631
3.17.4. Foro privilegiado.....	635
3.17.4.1. Juízes estaduais e parlamentares.....	642
3.17.4.2. Conselheiro do Tribunal de Contas.....	648
3.17.4.3. Prefeitos, ex-prefeitos e vereadores	648
3.17.5. A petição inicial	649
3.17.6. Valor da causa	653
3.17.7. Das exceções de impedimento, competência e suspeição do juiz, do promotor de justiça ou serventuário.....	654
3.17.8. Rejeição da petição inicial	661
3.17.9. Indeferimento da inicial sem julgamento de mérito.....	664
3.17.10. Recebimento da petição inicial	671
3.17.11. Contestação	674
3.17.12. Impugnação	675
3.17.13. Da rejeição de preliminar cabe agravo instrumento	676
3.17.14. Oportunidade de conciliação.....	677
3.17.15. Inexistência manifesta do ato de improbidade.....	677
3.17.16. Desmembramento de litisconsortes	683
3.17.17. Tipificação da conduta de improbidade	684
3.17.18. Das provas em juízo.....	686

3.17.19. Das nulidades de decisões definitivas	687
3.17.20. Extinção do processo por inexistência de improbidade	690
3.17.21. Intervenção da Pessoa Jurídica interessada.....	694
3.17.22. Incidente de desconsideração de pessoa jurídica	696
3.17.23. Limitação da responsabilidade dos sócios	702
3.17.24. Conversão da ação de improbidade em civil pública	704
3.17.25. Interrogatório do representado/réu	706
3.17.26. Da inaplicabilidade da revelia e presunção de veracidade	707
3.17.27. O réu sem a incumbência do ônus da prova	708
3.17.28. O ônus da prova é incumbência do autor	710
3.17.29. Instrumentos de defesa do representado/réu	713
3.17.30. Competência dos Ministérios Públicos Federal e Estadual	715
3.17.31. Da inexistência de reexame obrigatório da sentença de improcedência.....	716
3.17.32. Defesa promovida pela Advocacia Pública	716
3.17.33. Recurso das decisões interlocutórias	717
3.17.34. Acordo de não persecução cível	719
3.17.34.1. Procedimento do acordo de não persecução cível	731
3.17.34.2. Circunstâncias do acordo de não persecução cível.....	732
3.17.34.3. Apuração do valor do dano para fins de ressarcimento	733
3.17.34.4. <i>Compliance</i> na prevenção contra a improbidade	734
3.17.34.5. Descumprimento do acordo.....	736
3.17.34.6. Recusa na oferta de acordo	736
3.17.35. Colaboração premiada	739
3.17.35.1. A história da delação premiada no Brasil	741
3.17.35.2. Procedimento	742
3.17.36. Requisitos da sentença de improbidade administrativa.....	747
3.17.36.1. Motivações da sentença por enriquecimento ilícito.....	752
3.17.36.2. Motivações da sentença por dano ao erário.....	752
3.17.36.3. Motivações da sentença por violação dos princípios administrativos.....	753
3.17.36.4. Consequência do ato de improbidade	754
3.17.36.5. Dificuldades da gestão pública.....	755

3.17.36.6. Dosimetria das sanções	756
3.17.36.6.1. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade	759
3.17.36.6.2. A natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida.....	760
3.17.36.6.3. A extensão do dano causado.....	760
3.17.36.6.4. O proveito patrimonial obtido pelo agente	760
3.17.36.6.5. As circunstâncias agravantes ou atenuantes	761
3.17.36.6.6. A atuação do agente em minorar os prejuízos e consequências	762
3.17.36.6.7. Os antecedentes do agente.....	762
3.17.36.6.8. Sanções sobre o mesmo fato	763
3.17.36.6.9. Fixação da pena ao terceiro de forma específica	763
3.17.36.6.10. Critérios objetivos na aplicação da sanção	764
3.17.36.6.11. A ilegalidade conduta dolosa	766
3.17.36.6.12. A responsabilidade do litisconsórcio passivo	767
3.17.36.6.13. Da inexistência de remessa necessária da sentença	768
3.17.36.7. A individualização das sanções isoladas ou cumuladas	770
3.17.36.7.1. Dosimetria da sanção (art. 9º)	775
3.17.36.7.2. Dosimetria da sanção (art. 10)	776
3.17.36.7.3. Dosimetria da sanção (art. 11)	777
3.17.36.7.4. Individualização das sanções na LIA nos moldes da LINDB	779
3.17.37. Ação de improbidade é repressiva de caráter sancionatório	781
3.18. Sentença com ressarcimento de danos, perda ou reversão de bens	785
3.18.1. Da unificação das sanções	788
3.18.2. Questões Processuais.....	793
3.18.2.1. Ação de improbidade administrativa e ação popular	793
3.18.2.2. Saneamento e organização do processo	797
3.18.2.3. Indeferimento de provas testemunhais e/ou pericial	798
3.18.2.4. Julgamento antecipado do mérito.....	804
3.18.2.5. Depoimento e inquirição de autoridades.....	807
3.18.2.6. A instrução no rito ordinário.....	808

3.18.2.7. Das intimações e citações	811
3.18.2.8. Carta precatória	813
3.18.2.9. Carta rogatória	817
3.18.3. Das provas em geral	822
3.18.3.1. Prova pericial	822
3.18.3.2. Prova ilícita	831
3.18.3.3. Valoração da prova	837
3.18.3.4. Direito à prova.....	839
3.18.3.5. Depoimentos e inquirições em audiência	842
3.18.3.6. Prova testemunhal.....	844
3.18.3.7. Audiência de instrução e julgamento	846
3.18.3.8. Nulidades processuais.....	852
3.18.4. Nulidades de Sentença.....	861
3.18.4.1. Sentença <i>citra petita</i>	863
3.18.4.2. Sentença extra petita.....	866
3.18.4.3. Sentença ultra petita.....	868
3.18.5. Fatos novos supervenientes à instrução	869
3.18.6. Sentença condenatória	870
3.18.7. Declaração incidental de inconstitucionalidade	876
3.18.8. Dispositivos da sentença condenatória.....	882
3.18.9. Teoria dos degraus na aplicação da pena.....	883
3.18.10. Sentença penal absolutória	886
3.18.11. Litigância de má-fé.....	892
3.18.12. Sucumbência.....	897
3.18.13. Dos recursos em geral.....	903
3.18.13.1. Apelação.....	904
3.18.13.1.1. Procedimento	905
3.18.13.1.2. Contagem de prazo no processo eletrônico	906
3.18.13.1.3. Fatos novos supervenientes à sentença	909
3.18.13.1.4. Juízo de retratação da sentença	910
3.18.14. Teoria da causa madura.....	910
3.18.15. Razões recursais	911
3.18.16. Recurso adesivo	912

3.18.17. Agravo de Instrumento	913
3.18.18. Agravo interno	917
3.18.19. Agravo em recurso especial e extraordinário	918
3.18.20. Embargos de declaração.....	918
3.18.21. Embargos declaratórios com efeitos modificativos	921
3.18.22. Recurso ordinário constitucional	923
3.18.23. Recursos especial e extraordinário.....	924
3.18.24. Embargos de Divergência	927
3.18.25. Coisa julgada	928
3.18.26. Cumprimento da sentença	931
3.18.26.1. Execução de reparação de danos, perda de bens ou multa	932
3.18.26.2. Proibição de contratar ou receber benefícios fiscais ou creditícios	934
3.19. Crime de Representação Caluniosa	935
3.19.1. Aplicação da pena no juizado especial.....	938
3.19.2. A responsabilidade civil por representação caluniosa.....	940
3.20. Do afastamento do cargo público	943
3.21. Da independência das aplicações das sanções	949
3.21.1. Sanção que independe de dano	949
3.21.2. Desvinculação das decisões do Tribunal de Contas.....	951
3.21.3. Os atos do órgão de controle interno	956
3.21.4. Os efeitos das sentenças civis e penais.....	958
3.21.5. Compensação de sanções	961
3.21.6. Distinção entre juízo de fato e juízo de valor	962
3.22. Direito de defesa do inquérito civil e no processo judicial	965
3.22.1. Ações de impugnação	966
3.22.1.1. A judicialização das decisões dos Tribunais de Contas	966
3.22.1.2. Controle judicial das decisões dos Tribunais de Contas: legalidade e moralidade.....	971
3.22.1.3. Coisa julgada inconstitucional e a querela nullitatis insanabilis	976
3.22.2. Ação rescisória	990
3.22.2.1. Legitimação.....	994
3.22.2.2. Aspectos processuais.....	995

3.22.3. Impugnação à Execução	1001
3.22.4. Ação de embargos de terceiros	1003
3.22.5. Ação de insolvência civil	1007
3.23. Da prescrição	1012
3.23.1. Prazo decadencial para ajuizamento da ação	1015
3.23.2. Causa de interrupção da prescrição	1018
3.23.3. Da prescrição intercorrente fracionada	1019
3.23.4. Prescrição intercorrente com prazo único de 8 anos	1025
3.23.5. Prescrição intercorrente da pretensão sancionadora	1026
3.24. Qualificação de agentes públicos	1027
3.25. Das despesas judiciais	1028
3.25.1. Sucumbência por litigância de má-fé	1029
3.26. Danos morais e materiais pela improcedência da ação de improbidade	1032
3.27. Improbidade nos recursos dos Partidos Políticos	1039
3.28. Manifestação de interesse do Ministério Público nas ações em curso ajuizadas pela Fazenda Pública	1042
3.29. Revogação dos dispositivos da Lei anterior	1044
3.30. Vigência da Lei	1044
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1045